

### **CONTRATAÇÃO**

#### **14. PROCEDIMENTO CPR/AQ/06/22/DCP AQUISIÇÃO DE GÁS NATURAL PARA O FORNECIMENTO DAS INSTALAÇÕES DO MUNICÍPIO DE BRAGA (LOTE 1).**

Submete-se a **ratificação** do Executivo Municipal de todas as propostas constantes no ponto 3.º da **informação de abertura** do procedimento, aprovadas pelo Sr. Presidente da Câmara em 11 de novembro, nos termos do disposto no n.º 3, do art.º 35.º da Lei 75/2013 de 12 de setembro.

Submete-se igualmente a ratificação a **decisão de adjudicação e a aprovação da minuta do contrato**, tomada pelo Sr. Presidente da Câmara, em 25 de novembro de 2022, nos termos do disposto no n.º 3, do art.º 35.º da Lei 75/2013 de 12 de setembro.

## CADERNO DE ENCARGOS

### FORNECIMENTO DE GÁS NATURAL EM REGIME DE MERCADO LIVRE

#### Índice

PARTE I – Cláusulas Gerais.....	2
1. Objeto.....	2
2. Definições.....	2
3. Prazo do contrato.....	3
4. Forma e documentos contratuais .....	3
5. Obrigações principais do adjudicatário.....	4
6. Preço contratual .....	4
7. Condições de pagamento.....	5
8. Penalidades contratuais.....	6
9. Dever de sigilo .....	7
10. Proteção de dados pessoais .....	7
11. Força maior .....	8
12. Resolução por parte da entidade adjudicante .....	9
13. Resolução por parte do adjudicatário .....	10
14. Foro competente .....	10
15. Subcontratação e cessão da posição contratual .....	10
16. Comunicações e notificações .....	10
17. Local do fornecimento do Gás Natural .....	10
18. Gestor do Contrato .....	11
19. Comunicações e notificações .....	11
20. Contagem dos prazos .....	11
21. Legislação aplicável.....	11
Parte II – Cláusulas Especiais .....	11
22. Especificações técnicas .....	11
23. Outras especificações técnicas .....	12

## PARTE I – Cláusulas Gerais

---

### 1. Objeto

1. O contrato a celebrar tem como objeto a aquisição, ao abrigo do **lote 1 – Baixa Pressão** do **Acordo Quadro para o fornecimento de gás natural em regime de mercado livre para Portugal Continental**, celebrado pela Entidade de Serviços Partilhados da Administração Pública, IP (ESPAP), dos seguintes bens:

Lote 1 – Baixa pressão, compreendendo os seguintes escalões:

- i. Escalão de consumo 1 (0 a 220 m3/ano);
  - ii. Escalão de consumo 2 (221 a 500 m3/ano);
  - iii. Escalão de consumo 3 (501 a 1.000 m3/ano);
  - iv. Escalão de consumo 4 (1.001 a 10.000 m3/ano);
  - v. Escalão de consumo entre os 10.001 e 100.000 m3/ano;
  - vi. Escalão de consumo maior ou igual a 100.001 m3/ano.
2. Procedimento **AQ/CPR/07/22/DCP**.
  3. O presente Caderno de Encargos compreende as cláusulas jurídicas, bem como as especificações técnicas, a incluir no contrato a celebrar na sequência do procedimento pré-contratual que tem por objeto principal a aquisição de fornecimento de gás natural.

---

### 2. Definições

Para efeitos do presente Caderno de Encargos, apresentam-se ou adotam-se as seguintes definições:

**CCP** – Códigos dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua redação atual;

**Contrato** – contrato a celebrar entre a entidade adjudicante e o adjudicatário nos termos do presente caderno de encargos;

**Gestor do contrato** – Responsável único, nomeado quer pela entidade adjudicante quer pelo cocontratante para gestão do contrato celebrado ao abrigo do acordo quadro;

**ESPAP** – entidade criada pelo Decreto-Lei n.º 117-A/2012, de 14 de junho, sucedendo à Agência Nacional de Compras Públicas, EPE (ANCP) nas atribuições e competências definidas no Decreto-Lei n.º 37/2007, de 19 de fevereiro, cf. artigos 21º e 22º do Decreto-Lei n.º 117- A/2012;

**Acordo Quadro** – Acordo Quadro AQ-Gn/2022 para o fornecimento de gás natural em regime de mercado livre para Portugal Continental, ao abrigo do qual se disciplina o presente procedimento pré-contratual e a relação contratual subjacente;

**Entidade Adjudicante** – Município de Braga;

**Adjudicatário** – entidade convidada a quem se adjudica a execução do contrato;

**Nível de serviço** – Contrato que especifica os níveis de serviço ou standards de desempenho que a entidade prestadora do serviço se compromete a prestar a uma determinada entidade adquirente,



nomeadamente, a disponibilidade da infraestrutura e comunicações, confidencialidade, segurança dos dados, etc; o mesmo que Service Level Agreement (SLA).

---

### **3. Prazo do contrato**

1. O contrato mantém-se em vigor até **31 de dezembro de 2023**, ou até ser atingido, durante esse prazo, o preço contratual, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do contrato, salvo se se verificarem casos de força maior que impeçam a execução do contrato, podendo, neste caso, a entidade adjudicante prorrogar o prazo de validade do contrato.
  - a. O prazo indicado no número anterior, inicia-se com contrato reduzido a escrito, a partir da data da última assinatura aposta no mesmo, se assinado eletronicamente.
2. Os prazos previstos nos números anteriores podem ser prorrogados por iniciativa da entidade adjudicante ou a requerimento do adjudicatário devidamente fundamentado.
3. Sem prejuízo das normas legais imperativas, relativas ao reequilíbrio financeiro, e do previsto no n.º anterior, findo o prazo referido no n.º 1, e caso não tenha sido atingido o preço contratual, o contrato extingue-se sem que assista ao adjudicatário o direito a qualquer indemnização pelo valor das prestações não executadas.
4. Podem constituir força maior, para efeitos do n.º 1, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias e embargos ou bloqueios internacionais.

---

### **4. Forma e documentos contratuais**

1. contrato será reduzido a escrito nos termos indicados no ponto anterior.
2. Fazem parte integrante do contrato os seguintes documentos:
  - a. Os suprimentos dos erros e omissões do caderno de encargos identificados pelas entidades convidadas, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
  - b. Os esclarecimentos e as retificações relativas ao caderno de encargos;
  - c. O presente caderno de encargos e o caderno de encargos do Acordo Quadro;
  - d. A proposta adjudicada;
  - e. Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.
3. Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 2, a prevalência é determinada pela ordem que nele se dispõe.
4. Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 2 e o clausulado do contrato, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos ao conteúdo do contrato propostos pelo órgão competente para a decisão de contratar e aceites pelo adjudicatário.

---

## 5. Obrigações principais do adjudicatário

1. O cococontratante obriga-se a executar o objeto do contrato de forma profissional e competente, utilizando os conhecimentos técnicos, o know-how, a diligência, o zelo e a pontualidade próprios das melhores práticas.
2. Para além das obrigações previstas no caderno de encargos do Acordo Quadro, constituem ainda obrigações do cococontratante:
  - a. Fornecer os bens à entidade adjudicante, conforme as Características técnicas e requisitos mínimos constantes do caderno de encargos do Acordo Quadro e as especificações do presente caderno de encargos;
  - b. Recorrer a todos os meios humanos e materiais necessários e adequados à execução do contrato;
  - c. Comunicar antecipadamente, logo que tenha conhecimento, à entidade adjudicante, os factos que tornem total ou parcialmente impossíveis o fornecimento dos bens objeto do procedimento, ou o cumprimento de qualquer outra das suas obrigações nos termos do contrato celebrado com a entidade adjudicante ou nos termos do Acordo Quadro;
  - d. Não alterar as condições do fornecimento dos bens fora dos casos previstos no caderno de encargos do Acordo Quadro com as especificações do presente caderno de encargos;
  - e. Não subcontratar, no todo ou em parte, a execução do objeto do contrato, sem prévia autorização da entidade adjudicante;
  - f. Comunicar qualquer fato que ocorra durante a execução do contrato e que altere, designadamente, a sua denominação social, os seus representantes legais, a sua situação jurídica e a sua situação comercial;
  - g. Manter sigilo e garantir a confidencialidade, não divulgando quaisquer informações que obtenham no âmbito da formação e da execução do contrato, nem utilizar as mesmas para fins alheios àquela execução, abrangendo esta obrigação todos os seus agentes, funcionários, colaboradores ou terceiros que nelas se encontrem envolvidos;
  - h. Possuir todas as autorizações, consentimentos, aprovações, registos e licenças necessários para o pontual cumprimento das obrigações assumidas no contrato;

---

## 6. Preço contratual

1. Pelo objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente caderno de encargos, a entidade adjudicante deve pagar ao adjudicatário em regime de fornecimento contínuo a até ao limite máximo mencionado no ponto seguinte, de acordo com os **valores resultantes das quantidades efetivamente fornecidas e o preço unitário dos bens constante da proposta adjudicada**, que em caso algum, **não podem ser superiores ao**



estabelecido na fase de seleção do acordo-quadro e respetivas revisões, acrescido de IVA à taxa legal em vigor.

2. O preço referido no número anterior, não pode, em qualquer caso, ser superior a **1.366.521,63€** (valor sem IVA).
3. O preço máximo definido no ponto anterior, inclui as tarifas definidas legalmente, e considerados como parcela regulada de energia que são aprovadas pela ERSE e estejam em vigor no período de faturação (Acesso ERSE + taxa de ocupação de Subsolo + Capacidade + ISP).
3. O preço referido no número 1 inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída a entidade adjudicante, incluindo nomeadamente as despesas de alojamento, alimentação e deslocação de meios humanos, bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização na prestação dos serviços, de patentes, licenças ou marcas registadas.
4. O preço a que se refere o n.º 2 é dividido pelas diversas fases de execução do Contrato, de acordo com os consumos efetuados por cada CUI.
5. Os preços de gás natural constantes dos contratos celebrados ao abrigo do Acordo Quadro poderão ser objeto de revisão, decorridos 6 meses de contrato, e desde que existam condicionantes externas que o justifiquem, e que coloquem em causa a normal execução do contrato, de acordo com a seguinte expressão:

$$P_{Unit.}^i = P_{Unit.}^0 \times \frac{Index^i}{Index^0}$$

em que:

- $P_{Unit.}^i$  é o preço unitário (€/kWh) para o gás natural resultante da revisão;
- $P_{Unit.}^0$  é o preço unitário (€/kWh) inicial do contrato, isto é, da proposta adjudicada;
- $Index^i$  é o indexante de preços médios do AQ do gás natural definidos no trimestre anterior ao momento em que ocorre a revisão;
- $Index^0$  é o indexante de preços médios do AQ do gás natural definidos no trimestre em vigor à data da celebração do contrato.

---

## 7. Condições de pagamento

1. As quantias devidas pela entidade adjudicante, nos termos da(s) cláusula(s) anterior(es), deve(m) ser paga(s) no prazo de **30 dias**, após a receção pela Divisão de Contabilidade, das respetivas faturas emitidas em cumprimento com:
  - a. o artigo 36.º do CIVA;
  - b. o artigo 9.º, n.º 1, da LCPA - Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na atual redação, as quais só podem ser emitidas após o vencimento da obrigação respetiva e após o fornecimento de bens e serviços;

- c. o Decreto-lei n.º 123/2018 e Decreto-lei n.º 14-A/2020, as quais devem ser remetidas de forma desmaterializada sob a tecnologia Eletronic Data Interchange (E.D.I.):
- i. Parceiro de faturação: Portal Saphety invoice Network;
  - ii. Contactos: [sales@saphety.com](mailto:sales@saphety.com); [faturaeletronica@saphety.com](mailto:faturaeletronica@saphety.com) e [helpdesk@saphety.com](mailto:helpdesk@saphety.com).
2. Caso, não disponha de uma solução de faturação eletrónica, e sejam uma micro, pequenas e médias empresas, e uma entidade pública enquanto entidade cocontratante, poderá até dia 31 de dezembro de 2022 enviar faturas em PDF para o seguinte endereço: [servico.contabilidade@cm-braga.pt](mailto:servico.contabilidade@cm-braga.pt) (Despacho 49/2022 – XXIII de 24/05/2022).
3. As faturas deverão ser emitidas em nome do Município de Braga, com referência aos documentos que lhe deram origem, isto é, deve especificar a **referência do procedimento** e o **respetivo número de compromisso/requisição externa de despesa**.
4. No caso de entregas parciais, o valor a pagar é faturado de acordo com as entregas efetuadas e serviços prestados.
5. Para os efeitos dos números anteriores, a obrigação considera-se vencida com a execução dos fornecimentos mensais.
6. Em caso de atraso do contraente público no cumprimento do prazo de pagamento, são devidos juros de mora sobre o montante em dívida à taxa legalmente fixada para o efeito pelo período correspondente à mora.
7. Em caso de discordância por parte da entidade adjudicante, quanto aos valores indicados nas faturas, deve esta comunicar ao adjudicatário, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando o adjudicatário obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida.
8. Nas condições de pagamento a apresentar pelos concorrentes não podem ser propostos adiantamentos por conta de serviços a prestar, devendo refletir a fatura, os bens efetivamente fornecidos no período a que se refere, respeitando o artigo 292.º do CCP.
9. O atraso em um ou mais pagamentos não determinam em caso algum o vencimento das restantes obrigações de pagamento.
10. Mais se informa que "Os critérios de avaliação dos fornecedores foram publicados no site institucional do Município de Braga, poderá aceder aos mesmos a partir do seguinte local: <https://www.cm-braga.pt/pt/0502/municipio/camara-municipal/instrumentos-de-gestao?idh=1029>."

---

## **8. Penalidades contratuais**

1. Pelo incumprimento de obrigações emergentes do contrato, a entidade adjudicante pode exigir do adjudicatário o pagamento de uma pena pecuniária, de montante a fixar em função da gravidade do incumprimento, nos seguintes termos:



- a) Pelo incumprimento da obrigação necessária à boa execução do contrato até 3% do preço contratual;
  - b) Pelo incumprimento da obrigação de garantia técnica, até 3% do preço contratual.
2. Em caso de resolução do contrato por incumprimento do adjudicatário, a entidade adjudicante pode exigir-lhe uma pena pecuniária de até 20% do preço contratual.
  3. Ao valor da pena pecuniária prevista no número anterior são deduzidas as importâncias pagas pelo adjudicatário ao abrigo do n.º 1, relativamente aos serviços cujo atraso na respetiva conclusão tenha determinado a respetiva resolução.
  4. Na determinação da gravidade do incumprimento, a entidade adjudicante tem em conta, nomeadamente, a duração da infração, a sua eventual reiteração, o grau de culpa do adjudicatário e as consequências do incumprimento.
  5. A entidade adjudicante pode compensar os pagamentos devidos ao abrigo do contrato com as penas pecuniárias devidas nos termos da presente cláusula.
  6. As penas pecuniárias previstas na presente cláusula não obstam a que a entidade adjudicante exija uma indemnização pelos danos decorrentes da mora no cumprimento, cumprimento defeituoso e incumprimento definitivo.

---

#### **9. Dever de sigilo**

1. O adjudicatário deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa à entidade adjudicante, de que possa ter conhecimento ao abrigo, ou em relação, com a execução do contrato, nomeadamente administradores, diretores, outros trabalhadores, clientes, parceiros e fornecedores, salvo se previamente autorizado por escrito.
2. A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.
3. Exclui-se do dever de sigilo previsto a informação e a documentação que fossem comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo adjudicatário, ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.
4. O adjudicatário deverá guardar sigilo quanto a informações que possa obter no âmbito da execução do presente contrato, por qualquer causa, do contrato, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas.

---

#### **10. Proteção de dados pessoais**



1. O adjudicatário e a entidade adjudicante obrigam-se, durante a vigência do contrato e, sempre que exigível, após a sua cessação, a dar rigoroso cumprimento ao disposto na respetiva legislação aplicável, nomeadamente, ao Regulamento (EU) 2016/679, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril, sem prejuízo das obrigações que possam resultar igualmente para terceiros, nomeadamente, para a entidade gestora da plataforma eletrónica utilizada pela entidade adjudicante e para o IMPIC, IP.
2. Todos os titulares de dados têm direito a apresentar reclamação se considerarem que o tratamento dos dados pessoais que lhe diga respeito viola o Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados.
3. Sem prejuízo de qualquer outra via de recurso administrativo ou judicial, a reclamação referida no número anterior é apresentada a uma autoridade de controlo, em especial no Estado-Membro da residência habitual do titular dos dados, do seu local de trabalho ou do local onde foi alegadamente praticada a infração.
4. O responsável pelo tratamento dos dados ou o subcontratante, conforme os casos, fica isento de responsabilidade se provar que não é de modo algum responsável pelo evento que deu origem aos danos.

---

#### **11. Força maior**

1. Não podem ser impostas penalidades ao adjudicatário, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.
2. Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.
3. Não constituem força maior, designadamente:
  - a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do adjudicatário, na parte em que intervenham;
  - b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do adjudicatário ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
  - c) Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo adjudicatário de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
  - d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo adjudicatário de normas legais;

- e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do adjudicatário cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
  - f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do adjudicatário não devidas a sabotagem;
  - g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.
4. A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.
5. A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

---

## **12. Resolução por parte da entidade adjudicante**

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução do contrato previstos na lei e no contrato, nomeadamente os constantes na cláusula referente às penalidades contratuais, a entidade adjudicante pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o adjudicatário violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem.
2. O contrato pode ser resolvido pela entidade adjudicante em caso de incumprimento definitivo, grave ou reiterado, e culposos das obrigações assumidas no contrato pelo adjudicatário, nos termos gerais de direito, sem prejuízo das correspondentes indemnizações legais a que houver lugar.
3. Para efeitos do disposto no número anterior, a entidade adjudicante comunicará por escrito a ocorrência da situação de incumprimento suscetível de gerar resolução contratual, concedendo à contraparte um prazo não inferior a 10 dias para que aquela reponha a situação de incumprimento, sem o que, o incumprimento se tornará definitivo e determinará a resolução contratual, nos demais termos gerais de direito.
4. O contrato pode também ser resolvido pela entidade adjudicante caso se verifique alguma das seguintes situações, as quais são desde já consideradas como situações de incumprimento grave e culposos por parte do adjudicatário:
- a) Quando se verificar reiterada inobservância das disposições do contrato ou má-fé do adjudicatário;
  - b) Prestação de falsas declarações;
  - c) Estado de falência ou insolvência;
  - d) Cessaçã da atividade;
  - e) Condenaçã, por sentençã transitada em julgado, por infraçã que afete a idoneidade profissional do adjudicatário e desde que não tenha ocorrido reabilitaçã judicial.
5. O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante declaraçã escrita enviada ao adjudicatário.



---

### 13. Resolução por parte do adjudicatário

O adjudicatário pode resolver o contrato nos casos previstos no artigo 332.º do CCP.

---

### 14. Foro competente

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal de Braga, com expressa renúncia a qualquer outro.

---

### 15. Subcontratação e cessão da posição contratual

1. A subcontratação pelo adjudicatário e a cessão da posição contratual por qualquer das partes depende da autorização da outra, nos termos do Código dos Contratos Públicos (CCP).
2. Em caso de incumprimento, pelo cocontratante, das suas obrigações, que reúna os pressupostos para a resolução do contrato, o cocontratante cederá, nos termos do disposto no artigo 318.º-A do CCP, a sua posição contratual ao concorrente do procedimento pré-contratual na sequência do presente procedimento, pela ordem sequencial de classificação dos concorrentes.

---

### 16. Comunicações e notificações

1. Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas, nos termos do Código dos Contratos Públicos, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados no contrato.
2. Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.

---

### 17. Local do fornecimento do Gás Natural

1. O fornecimento objeto da contratação serão prestados nas instalações do Município de Braga, cujas moradas constam do **Mapa de quantidades anexo ao presente procedimento**.
2. No decorrer da vigência do contrato, o contraente público poderá criar novos pontos de entrega (CUI) ou, pelo contrário, desativar alguns dos já existentes.
3. Os novos pontos de entrega, criados durante a execução do contrato integram-no e estão sujeitos a todas as condições contratualizadas.
4. A entidade adjudicante reserva-se o direito de implementar medidas de utilização racional da energia tendo em vista a redução dos consumos de energia das suas instalações, quer seja por implementação de medidas de eficiência energética ou de racionalização energética, quer pela transferência dos consumos para horários mais favoráveis, quando exequível.
5. Não são consideradas alterações ao contrato:
  - a. A redução ou aumento do número de pontos de entrega;
  - b. Aumento ou diminuição do consumo;

## 18. Gestor do Contrato

Nos termos e para os efeitos da alínea i) do n.º 1 do artigo 96.º e do artigo 290.º-A do CCP, é designado como gestor do contrato: Mónica Leite.

## 19. Comunicações e notificações

1. Em sede de execução contratual, todas as comunicações da entidade adjudicante dirigidas ao adjudicatário são efetuadas por escrito e enviadas através de correio registado, fax ou correio eletrónico, de acordo com os elementos a indicar pelo adjudicatário.
2. Em sede de execução contratual, todas as comunicações do adjudicatário dirigidas à entidade adjudicante são efetuadas por escrito e enviadas através de correio registado ou correio eletrónico, de acordo com os seguintes elementos:

À atenção de:..

Praça do Município, 4700-435 Braga

E-mail:..

## 20. Contagem dos prazos

Os prazos previstos no contrato são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados, nos termos do disposto no artigo 471.º do CCP, na sua atual redação.

## 21. Legislação aplicável

O contrato é regulado pelo disposto no CCP e restante legislação aplicável.

## Parte II – Cláusulas Especiais

### 22. Especificações técnicas

Escalão	Nome da Instalação	Código Universal Instalação	Morada do CUI	Código Postal do CUI	m3 (12 meses) Valores Estimados
Escalão de consumo 1 (0 a 220 m³/ano)	Centro Escolar Naia	PT1601000000279726AK	Rua do Cruzeiro	4700-116	167
Escalão de consumo 2 (221 a 500 m³/ano)	CRE	PT1601000000330141XC	Rua Dom Afonso Henriques, 17	4700-030	524
Escalão de consumo 2 (221 a 500 m³/ano)	Centro Escolar Lamações	PT1601000000283394WD	Rua Imãos de Sousa	4715-246	484
Escalão de consumo 3 (500 a 1000 m³/ano)	Jardim Infância Quinta da Veiga	PT160500000008057953VE	Rua Luís de Campos	4700-394	1 250
Escalão de consumo 4 (1.001 a 10.000 m³/ano)	Quartel dos Bombeiros	PT1601000000051898XZ	Avº do Estádio	4700-441	6 834
Escalão de consumo 4 (1.001 a 10.000 m³/ano)	Centro Escolar de Gualtar	PT16010000000559228NG	Rua da Escola Nova	4710-059	2 901
Escalão de consumo 4 (1.001 a 10.000 m³/ano)	Complexo Desportivo da Rodovia	PT16010000000570999VE	Av. João Paulo II	4715-615	1 622
Escalão de consumo entre os 10.001 e 100.000 m³/ano	Piscinas de Maximinos	PT1601000000124616ET	Rua da Naia	4700-137	30 181
Escalão de consumo entre os 10.001 e 100.000 m³/ano	Répulo	PT1601000000185411CY	Praça Conde de Agrolongo	4700-312	8 872
Escalão de consumo entre os 10.001 e 100.000 m³/ano	Centro Escolar S. Frutuoso	PT1601000000342932ST	Rua de São Jerónimo	4700-292	8 545
Escalão de consumo entre os 10.001 e 100.000 m³/ano	Piscinas da Rodovia	PT16010000000119410WS	R. João Cruz	4715-213	179 400
Escalão de consumo maior ou igual a 10.001 e 100.000 m³/ano	Escola Secundária Alberto Sampaio	PT1601000000293312LZ	Rua Ahero Carneiro	4715-086	6 311
Escalão de consumo entre os 10.001 e 100.000 m³/ano	EB 2/3 André Soares	PT16010000000421596PG	Rua André Soares	4715-002	1 833
Escalão de consumo entre os 10.001 e 100.000 m³/ano	EB 2/3 André Soares	PT16010000000467550MG	Rua André Soares	4715-002	19 757
Escalão de consumo entre os 10.001 e 100.000 m³/ano	Conservatório de Música de Calouste Gulbenkian	PT1601000000102962TN	Rua Fundação Gulbenkian, 90010	4710-394	4 230
Escalão de consumo 4 (1.001 a 10.000 m³/ano)	EB 2/3 Francisco Sanches	PT16010000000433130AS	Travessa do Taxa	4710-449	8 214
Escalão de consumo 4 (1.001 a 10.000 m³/ano)	Escola Secundária Maximinos	PT16010000000608199JWP	Avenida Orfão São Caetano	4700-235	9 036
Escalão de consumo 4 (1.001 a 10.000 m³/ano)	Escola Secundária Carlos Amarante	PT1601000000029358ZPP	Rua da Restauração	4710-428	17 631
Escalão de consumo 4 (1.001 a 10.000 m³/ano)	EB 2/3 Quillar	PT16010000000294515WK	Rua Óscar Dias Pereira	4710-081	1 812
Escalão de consumo 4 (1.001 a 10.000 m³/ano)	EB 2/3 Quillar	PT16010000000300830RB	Rua Óscar Dias Pereira	4710-081	5 583
Escalão de consumo 4 (1.001 a 10.000 m³/ano)	EB 2/3 Quillar	PT16010000000300831RN	Rua Óscar Dias Pereira	4710-081	3 918
Escalão de consumo entre os 10.001 e 100.000 m³/ano	Escola Secundária D. Maria II	PT16010000000291143VF	Rua 25 de Abril	4710-913	17 303
Escalão de consumo 4 (1.001 a 10.000 m³/ano)	Escola Secundária Sá de Miranda	PT16010000000303019GS	Rua Dr Domingos Soares	4700-295	2 401
Escalão de consumo 4 (1.001 a 10.000 m³/ano)	Escola Secundária Sá de Miranda	PT16010000000303020GQ	Rua Dr Domingos Soares	4700-295	13 659
Escalão de consumo 4 (1.001 a 10.000 m³/ano)	EB 2/3 Palmeira	PT1601000000053126BSN	Rua Cimo da Vila, 5- Palmeira	4700-727	7 445
					<b>359 914</b>



---

### 23. Outras especificações técnicas

1. O fornecimento é contínuo e implica ligação à rede canalizada de distribuição de Gás Natural para as instalações e nos termos indicados pelas entidades adquirentes.
2. As entidades fornecedoras deverão disponibilizar os serviços adequados, reporte de anomalias resultantes do abastecimento, esclarecimento de eventuais dúvidas e, se for o caso, solicitação de apoio técnico, que deverá assegurar:
  - a. Contactos telefónicos específicos (por assunto), durante os dias úteis no período das 09h00 às 17h30;
  - b. Um endereço de correio eletrónico;
  - c. Número de emergência para contacto telefónico, disponível 24 horas por dia;
  - d. Os serviços de um piquete de emergência disponível 24 horas por dia; e
  - e. O registo, com um identificador único, de qualquer ocorrência comunicada.

#### Despacho:

Aprovo o presente caderno de encargos.

Braga, 22/11/11

O Presidente da Câmara,



(Ricardo Rio)

### Parecer

Propõe-se a aprovação pelo Sr. Presidente das propostas constantes desta informação.

A chefe da DCP,

24/11/2022

### Despacho

Adjudico e aprovo a minuta do contrato anexa a esta informação, nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 35.º da Lei 75/2013 de 12 de setembro.

Deve, nos termos da norma anteriormente referenciada, ser a presente decisão submetida a ratificação do órgão executivo, na sua próxima reunião.

O Presidente da Câmara,

  
(Ricardo Rio)

22/11/25

### 1. Informação

#### Data

22/11/2022

Autor	Nome	Carreira/Cargo
		Técnica Superior

### 2. Dados Procedimento

N.º Procedimento	Preço base (s/ IVA)	Preço adjudicado (s/ IVA)	Prazo execução
CPR/AQ/07/22/DCP	1.366.521,63€	918.852,78€	365 dias – Ano 2023
<b>Objeto</b>	Aquisição de gás natural para o fornecimento das instalações do Município de braga (Lote1)		
<b>CPV</b>	65210000-8 - Distribuição de gás		

### 3. Projeção Plurianual dos Compromissos (valores s/IVA)

Ano 2022	Ano 2023	Ano 2024	Ano 2025	Seg.s	TOTAL
0,00€	918.852,78€	-	-	-	918.852,78€

### 4. Compromissos Plurianais

Considerando o disposto no artigo 22º do D.L.197/99 de 8 de Junho, mormente a alínea a) do nº1 do artigo 22º, segundo o qual está autorizada a assunção de compromissos relativo a despesas que deem lugar a encargo orçamental em mais de um ano económico ou em ano que não seja o da sua realização, designadamente com a aquisição de serviços e bens (...) desde que resultem de planos ou programas legalmente aprovados.



Nos termos da alínea c), n.º 1 do artigo 6.º da Lei 8/2012, de 21/02, que aprovou as regras para a assunção de compromissos e os pagamentos em atraso das entidades públicas, a assunção de compromissos plurianuais está sujeita a autorização prévia da Assembleia municipal (AM).

Por outro lado, e de acordo com o artigo 12.º do DL 127/2012, de 21.06 a projeção plurianual da despesa pode ser autorizada pelo órgão deliberativo, aquando da aprovação das Grandes Opções do Plano (GOP's).

No caso presente, constata-se que os encargos plurianuais previstos estão devidamente autorizados na respetiva GOP (GOP: 03/320/2017/16 ACC: 9 e GOP: 02/211/2022/11 Acc:4) pelo Órgão Executivo e pelo Órgão Deliberativo, conforme o que se encontra disposto no nº1 do artigo 23º - Assunção de Compromissos Plurianuais das Normas de Execução Orçamental, aprovadas em anexo ao PPI e Orçamento Municipal para os anos de 2022, 30 de dezembro de 2021 (Órgão Deliberativo).

Considerando ainda o disposto no n.º 3 do artigo 22º do D.L.197/99 de 8 de Junho, dentro dos 60 dias anteriores ao fim do ano económico, podem ser efetuadas adjudicações de bens ou serviços cujos efeitos se iniciem no começo do ano económico imediato, desde que se verifiquem, cumulativamente as seguintes condições:

- a) Constituir o fim da adjudicação ou da celebração do contrato despesa certa e indispensável;
- b) Os encargos contraídos não excederem a importância de dois duodécimos da verba consignada a despesas da mesma natureza no orçamento do ano em que se fizer a adjudicação ou se celebrar o contrato;
- c) Seja devidamente declarado que no projeto de orçamento aplicável foi inscrita a verba adequada para suportar a despesa.

E ainda no n.º 4 estabelece que a declaração referida na alínea c) do número anterior supre a informação de cabimento exigida no instrumento do contrato e obedece à condição do encargo vir a ser suportado pela correspondente verba do orçamento do ano económico imediato.

Tendo em conta as informações de cabimento emitidas pela Divisão de Contabilidade, julga-se estarem verificadas as condições previstas no mencionado diploma legal, pelo que se considera que os encargos com o presente procedimento estão autorizados ao abrigo da norma legal anteriormente citada.

## **5. Propostas de aprovação**

- a) Decisão de adjudicação (76.º);
- b) Redução do contrato a escrito (94.º);
- c) Aprovação da Minuta do contrato a escrito (98.º);
- d) Projeto de Decisão de adjudicação (125.º).

## 6. Órgão competente

Nos termos do artigo 18.º, n.º 1, alínea b) do DL n.º 197/99, de 8 de junho, é competência da Câmara Municipal autorizar despesas de valor superior a 748.196,85€.

A Câmara Municipal é competente para aprovar os projetos, programas de concurso, cadernos de encargos e a adjudicação de empreitadas e aquisição de bens e serviços, cuja autorização de despesa lhe caiba, nos termos do artigo 33.º, n.º 1 alínea f) da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

## 7. Abertura do procedimento

Por despacho do Senhor Presidente da Câmara Municipal de Braga, de 11/11/2022 foi autorizada a abertura do procedimento, que nos termos do n.º 3 do art.º 35º da Lei 75/2013 de 12 de dezembro, a autorização será submetida a ratificação do órgão executivo, na sua próxima reunião.

## 8. Apresentação de propostas

No dia 18 de novembro de 2022, procedeu-se à abertura das propostas apresentadas pelas seguintes entidades:

Referência	Concorrente	Valor global	Data de receção
CPR/AQ/07/22/DCP	Goldenergy - Comercializadora de Energia SA	0,00 euros	2022/11/16 09:58:22
R-1053410-WQV5	Petrogal, S.A.	918.852,78 euros	2022/11/16 17:23:41
CPR/AQ/07/22/DCP	ENDESA ENERGIA SA - SUCURSAL PORTUGAL	0,00 euros	2022/11/17 10:04:05
Decl.EDPC	EDP Comercial - Comercialização de Energia, S.A.	1,00 euros	2022/11/17 15:17:03

## 9. Análise, avaliação e ordenação das propostas apresentadas

No dia 18 de novembro de 2022, o júri do procedimento reuniu para analisar e avaliar a proposta apresentada e elaborar o projeto de decisão de adjudicação de um único concorrente, e assim sendo quando tenha sido apresentada uma única proposta, não há lugar às fases de negociação e de audiência prévia, nem à elaboração dos relatórios preliminar e final.

## 10. Proposta de adjudicação do júri

De acordo com o **projeto de decisão de adjudicação de um único concorrente**, o júri deliberou, por unanimidade, propor a adjudicação da proposta à empresa PETROGAL, S.A..

Concorrentes	Valor da Adjudicação s/IVA
PETROGAL, S.A.	918.862,78€ Preço €/Kwh: 0,2011



## 11. Caução

1. O adjudicatário será notificado da adjudicação, sendo-lhe, simultaneamente, fixado um prazo de **10 dias**, para prestar a caução, sob pena de a adjudicação caducar, de acordo com o disposto no n.º 2, alínea b) do artigo 77.º e no artigo 90.º do CCP.
2. A caução, destinada a garantir a celebração do contrato, bem como o exato e pontual cumprimento de todas as obrigações legais e contratuais, de montante correspondente a 2,5% do preço total do contrato:
  - a. Por depósito em dinheiro ou em títulos emitidos ou garantidos pelo Estado Português à ordem da entidade que for indicada pelo Município de Braga nos termos do modelo constante do **Anexo IV** ao presente Convite, que dele faz parte integrante;
  - b. Mediante garantia bancária ou seguro-caução, nos termos do modelo constante do **Anexo V** ao presente Convite, que dele faz parte integrante.
3. Pode não ser exigida a prestação de caução, quando o adjudicatário, no prazo correspondente, apresente seguro da execução do contrato a celebrar, emitido por entidade seguradora, que cubra o respetivo preço contratual, [ou declaração de assunção de responsabilidade solidária] emitido nos termos previstos no n.º 4 do artigo 88.º do CCP.

## 12. Redução do Contrato a escrito

### 12.1. Exigível

<b>Fundamentação de Direito</b>	De acordo com o disposto no artigo 94.º e na alínea a) do n.º 1 do artigo 95.º do CCP, é exigível a redução do contrato a escrito, “quando se trate de contrato de locação ou de aquisição de bens móveis ou de aquisição de serviços cujo preço contratual exceda os 10.000,00€.
<b>Fundamentação de Facto</b>	No caso concreto, o preço contratual é de <b>918.862,78€</b> acrescido de IVA à taxa legal em vigor, pelo que é exigível a redução do contrato a escrito.

### 12.2. Prazo de Suspensão

#### 12.2.1. Não Aplicável

<b>Fundamentação de Direito</b>	O prazo de início da execução do contrato (prazo de suspensão) nunca pode ser inferior a 10 dias a contar da data da notificação da decisão de adjudicação (n.º 4 do artigo 95.º e n.º 2 do artigo 104.º CCP). Exceto quando: <ol style="list-style-type: none"><li>a) Não tenha sido publicado anúncio do procedimento no Jornal Oficial da União Europeia (JOUE);</li></ol>
---------------------------------	---



	<p>b) Se tratar de contrato celebrado ao abrigo de um Acordo Quadro, cujos termos abranjam todos os seus aspetos ou que tenha sido celebrado apenas com uma entidade;</p> <p>c) Tenha sido apresentada apenas uma proposta.</p>
<b>Fundamentação de Facto</b>	No caso concreto, o procedimento não foi publicado no JOUE, uma vez que foi adotada a consulta prévia/AQ, pelo que o prazo de suspensão não é aplicável.

### 13. Outorga do Contrato

Nos termos do n.º 5 do art.º 106.º do referido diploma compete ao Presidente da Câmara Municipal, no exercício de competência própria, de acordo com o disposto na alínea a), do n.º 1, do artigo 18.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, a representação do Município de Braga na outorga do contrato.

### 14. Prazo para apresentação dos documentos de habilitação

Face ao disposto no art.º 81º do CCP, alterado pelo D.L. 278/2009, de 2 de outubro, o prazo para apresentação dos documentos de habilitação foi fixado no nº 22 do convite **(5 dias após a notificação da adjudicação)**.

### 15. Compromisso N. Seq: 92640 e 92641

### 16. Anexos

### 17. Assinatura

O Gestor do Procedimento

MINUTA DE CONTRATO N.º CPR/AQ/07/22FORNECIMENTO DE GÁS NATURAL

Entre:

\_\_\_\_ **Primeiro: MUNICÍPIO DE BRAGA**, NIPC 506 901 173, com sede na Praça Municipal, 4700-435 Braga, representado pelo Presidente da Câmara Municipal, **Ricardo Bruno Antunes Machado Rio**, na qualidade de 1.º outorgante. \_\_\_\_

\_\_\_\_ **Segundo: Petrogal, S.A.**, matriculada na Conservatória do Registo Comercial sob o n.º 500 697 370 /NIPC, sede na Rua Tomás da Fonseca, Torre C, 1600-209 Lisboa, representada por \_\_\_\_\_ como 2.º outorgante, na qualidade representante legal, com poderes para o ato, conforme procuração e certidão permanente com o código de acesso 0147-1050-2411, que se arquivam. \_\_\_\_\_

O presente contrato rege-se pelas cláusulas seguintes:\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_**1.º**\_\_\_\_\_

\_\_\_\_ Este contrato tem por objeto a **Aquisição de gás natural para o fornecimento das instalações do Município de Braga (Lote1)**, cuja adjudicação foi feita pelo Presidente da Câmara de Braga, nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 35.º da Lei 75/2013 de 12 de setembro, no dia .... de novembro de 2022, aquando da aprovação da respetiva minuta, na sequência da **Consulta Prévia/Acordo Quadro - CPR/AQ/07/22/DCP**, ao abrigo do artigo 259.º, n.º 1 do Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, republicado no Decreto-Lei n.º 111-B/2017, de 31 de agosto, com as alterações vigentes, de acordo com o caderno de encargos, bem como nos termos da proposta adjudicada, que fazem parte integrante do presente contrato. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_**2.º**\_\_\_\_\_

\_\_\_\_ Este contrato tem, nos termos do artigo 290.º - A do CCP, como gestor do contrato **Mónica Leite** \_\_\_\_\_.



3.º

\_\_\_\_ O contrato mantém-se em vigor de **01 de janeiro a 31 de dezembro de 2023**, ou até ser atingido, durante esse prazo, o preço contratual, no montante total de 918.862,78€, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do Contrato, e de acordo com o n.º 3 do caderno de encargos. \_\_\_\_

4.º

\_\_\_\_ Esta aquisição foi adjudicada pelo **preço contratual** de 918.862,78€ (NOVECIENTOS E DEZOITO MIL, OITOCENTOS E SESSENTA E DOIS EUROS E SETENTA E OITO CÊNTIMOS), a que acresce o IVA à taxa legal em vigor, sendo o preço a pagar mensalmente e de acordo com o n.º 7 do caderno de encargos. \_\_\_\_

5.º

\_\_\_\_ A classificação orçamental da dotação por onde será satisfeita a despesa inerente a este contrato, a realizar no atual ano económico, é a seguinte 0102|020201|03 320 2017/19 Ac.9 do Orçamento do Município em vigor, em conformidade com a informação de cabimento e de compromisso n.º74386 de 10/11/2022 e 92640 de 22/11/2022, respetivamente e 03|020201|02 211 2022/11 Ac.4 do Orçamento do Município em vigor, em conformidade com a informação de cabimento e de compromisso n.º74385 de 10/11/2022 e 92641 de 22/11/2022, relativamente aos Edifícios Escolares.

E, nos mesmos termos, serão satisfeitos os respetivos encargos para o ano seguinte, conforme verbas indicadas nas referidas informações de compromisso, encontrando-se a respetiva repartição de encargos e assunção de compromissos plurianuais insertas nas GOP do ano de 2022 aprovadas em reunião do Órgão Executivo do dia 15 de dezembro de 2021 e da Assembleia Municipal do dia 30 de dezembro de 2021. \_\_\_\_

6.º

\_\_\_\_ Foi prestada pelo Segundo a favor do Primeiro, caução mediante Garantia Bancária/ Seguro Caução/ n.º ....., pelo ....., até ao montante de € **22.971,57** (vinte e dois mil, novecentos e setenta e um euros e cinquenta e sete cêntimos), destinada a caucionar o integral cumprimento das obrigações

## DIVISÃO DE CONTRATAÇÃO PÚBLICA

assumidas pelo Segundo no âmbito do processo relativo à adjudicação nos termos e para os efeitos previstos nos artigos 88.º e 90.º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, republicado no Decreto-Lei n.º 111-B/2017, de 31 de agosto, com as alterações vigentes. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
7.º \_\_\_\_\_

\_\_\_\_ Para resolução de todos os litígios emergentes da execução do presente contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal de Braga. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
8.º \_\_\_\_\_

\_\_\_\_ O Primeiro Outorgante obriga-se a, durante a vigência do presente Contrato e após a sua cessação, manter confidencialidade sobre todos os dossiers, documentos, dados e informações obtidos em virtude da execução deste Contrato, e que se refiram ao Segundo Outorgante, nomeadamente sobre a sua organização, atividade ou negócio, e qualquer outro dado de natureza comercial e/ou técnica, não podendo, designadamente, extrair cópias, divulgá-los ou comunicá-los a terceiros. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_ O dever de confidencialidade abrange a reprodução da informação em qualquer suporte informático, ou outro meio de registo de dados. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
9.º \_\_\_\_\_

\_\_\_\_ Em tudo o que não esteja integralmente transcrito no presente contrato considera-se parte integrante deste, as demais cláusulas do caderno de encargos, a proposta adjudicada, e demais informação conforme disposto no n.º 2 do art.º 96º do Código dos Contratos Públicos e restante legislação e regulamentação aplicável. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_ E para constar se lavrou o presente contrato, num único exemplar, que vai ser assinado por ambos os outorgantes por certificado de assinatura digital qualificada, nos termos do artigo 94º, nº1 do Código dos Contratos Públicos. \_\_\_\_\_



O Primeiro Outorgante,

---

O Segundo Outorgante,

---